

AVALIAÇÃO DE RISCO: APLICAÇÃO NO PATRIMÔNIO MATERIAL

Mariely Cabral de Santana

RISCO:

Etimologia:

Origem principal (Latim): do latim *risiculu-* ou *risicum*, que descrevia o perigo de um navio encontrar um "penhasco" ou "rochedo" no mar.

Ainda do italiano *risicare*, que significa "ousar" e foi usado para descrever uma ação que envolve a possibilidade de perda.

Origem francesa: *risque* – perigo, inconveniente.” (HOUAISS, 2009: p.1671)

“...probabilidade de perigo, ameaças físicas para o homem e/ou para o meio ambiente. Qualquer fator que possa causar acidentes: danos para pessoas, prejuízos financeiros e estruturais a um edifício, seja durante a construção ou ao longo da vida útil da edificação.” (COÊLHO, 2018: p. 137)

RISCO X PATRIMÔNIO CULTURAL

DA ANTIGUIDADE – AO SÉCULO XIX

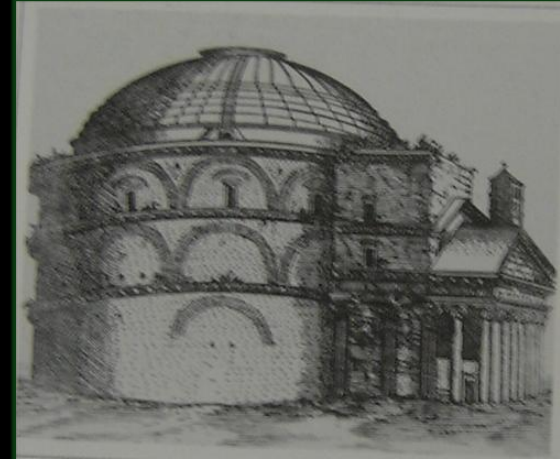
PRESERVAÇÃO: Plano das ideias
Relação Simbólica
Atualização Figurativa

A PARTIR DO SÉCULO XIX

ILUMINISMO – **Preservação da matéria**
Legislação de preservação

EDIFICAÇÕES E SÍTIOS

Suporte das representação tecnológicas,
sociais e culturais de diferentes grupos sociais
em determinado tempo.



AVALIAÇÃO DE RISCO BENS PATRIMONIAIS

AÇÃO:

IDENTIFICAR OS ATIBUTOS E VALORES

IDENTIFICAR OS AGENTES DE DEGRADAÇÃO

IDENTIFICAR AS POSSÍVEIS CAUSAS DA DEGRADAÇÃO

ESTABELECEER METAS – baixo / médio /alto impacto



AVALIAÇÃO DE RISCO BENS PATRIMONIAIS

AMEAÇAS E VULNERABILIDADES:

Dimensão dos sítios históricos / culturais – desenvolvimento urbano e crescimento desordenado

Grande diversidade de Bens patrimoniais – (propriedade / localização / materiais / sistemas construtivos

Complexidade quanto as características arquitetônicas

Impacto de diferentes Agentes Ambientais

Diversidade de usos

Turismo de Massa e Gentrificação

Gestão – Ação Humana



**ATUAM DE FORMA ISOLADA
INTER-RELACIONADAS**

AGENTES DE DEGRADAÇÃO

ATIVOS – continuidade do processo de degradação

PASSIVOS – Já atuou na edificação – acomodação

DIRETOS – Agentes Ambientais

Agentes Químicos

Agentes Biológicos

Agentes Mecânicos

AÇÃO DA ÁGUA

INDIRETOS – Problemas de Projeto

Erro de Execução

Materiais e Técnicas Inadequadas

Infraestrutura – crescimento das cidades

Induzidos pelo homem

Gestão – físico /técnico /financeiro

Sistemas Normativos

PRINCIPAIS AGENTES DE DEGRADAÇÃO

1. AGENTES AMBIENTAIS:

**ATUAM DE FORMA EXTREMA – Enchentes
Terremotos
Incêndios
Furacões
Desmatamentos**

**ATUAM DE FORMA LENTA – Variação de Umidade
Variação de Temperatura
Chuvas
Ventos
Movimento de massas – escorregamentos, erosão
Áreas Secas**



Rio Bonito – Paraná



Jardim Botânico – Recife / PE



Brumadinho –Mariana / MG



Assis - Itália



Ouro Preto - MG



Museu Nacional - RJ



São Luís do Paraitinga – São Paulo



Paris - França



Porto Alegre - RS



Capela de Nossa Senhora do Vencimento – São Francisco do Conde
/Ba

2. AGENTES INDUZIDOS PELO HOMEN

CONTÍNUOS - Poluição Ambiental

Poluição Visual

Poluição Sonora

Novos Usos – alteração de Solos

Vandalismo

Trafego

Crescimento desordenado – especulação imobiliária

Novos Usos

Migração de população – esvaziamento dos Centros

EVENTUAIS – Festas

Intervenções inadequadas

Valoração inadequada - Gentrificação

CONFLITOS – Conflitos armados

Conflitos Étnicos

Conflitos Religiosos



3. SISTEMA DE GESTÃO

ASPECTOS FÍSICOS-TÉCNICOS –

Desarticulação entre as Instituições

Desarticulação das informações

Falta de Controle da indústria Turística

Falta de Continuidade na administração

Comunicação Pública Deficiente

Ausência de participação cidadã

Falta de pessoal especializado para atuar no patrimônio

Falta de registros e atualização das informações – ausência de diálogo

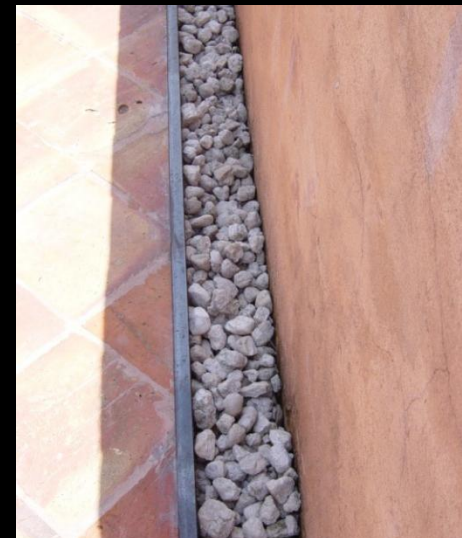
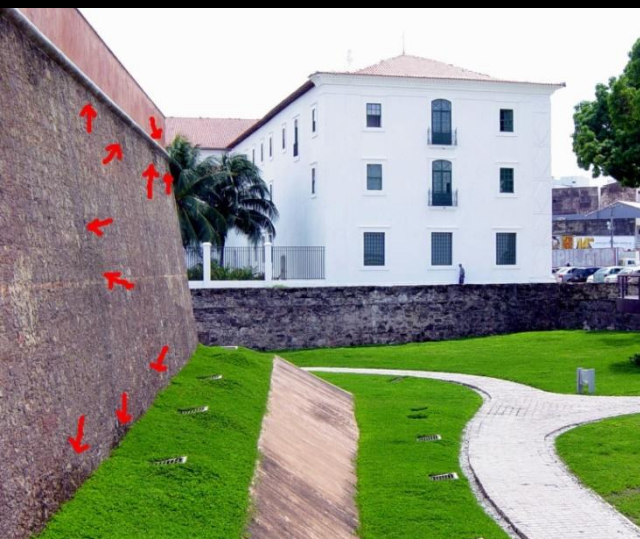
Falta de conhecimento técnico da população

ASPECTO FINANCEIRO – Recursos econômicos escassos

4. SISTEMA DE PROTEÇÃO

Desconhecimento sobre as legislações de preservação

Carência de representatividade Técnica nos Conselhos do Patrimônio Cultural



Museu do Encontro (Antigo forte do Presépio) em Belém/Pará





EIXOS DE PROPOSIÇÃO PARA MITIGAÇÃO DOS RISCOS

1 – ELABORAÇÃO DE PLANO DE GESTÃO DE RISCO

- a) Participação de órgãos oficiais, órgãos de preservação do patrimônio e população
- b) Incorporação das ações definidas no Manual de Gestão de Riscos de desastres para o Patrimônio Mundial (ICCROM; ICOMOS: 2015)
 - busca a redução dos riscos dos valores patrimoniais atribuídos ao bem (autenticidade, integridade e sustentabilidade);
 - reconhecimento dos valores humanos;
 - valorização dos bens materiais e aos meios de sustentabilidade.
- c) Estudo e identificação de meios de monitoramento para mitigar as relações com as questões climáticas

1 – ELABORAÇÃO DE PLANO DE GESTÃO DE RISCO

d) Controle do desenvolvimento urbano e crescimento desordenado nas cidades – mudança de usos e obsolescência dos edifícios históricos, construções irregulares.

e) Diretrizes para o desenvolvimento do turismo cultural –aproximação com as práticas culturais locais

f) Controle dos processos de gentrificação – permanência da população nas áreas patrimoniais e atenção aos novos usos e novos materiais

2 – ELABORAÇÃO DO PLANO DE CONSERVAÇÃO PREVENTIVA

- a) Realização de planos e estudos periódicos para identificação dos danos – elaboração de diagnóstico para definição de agentes e causas de degradação.
- b) Desenvolvimento de Rotinas de manutenção, monitoramento e conservação para evitar as grandes intervenções de restauração –com a participação da população.
- c) Elaboração do Plano de Conservação Integrada urbana e Territorial – As causas da degradação, na maioria das vezes, não se encontram nas edificações.
- d) Elaboração de Manuais / Cadernos de Conservação Preventiva acessível para a população dos sítios históricos – facilitar a identificação de danos e apresentar rotinas de manutenção e conservação.

AÇÕES DE CONSERVAÇÃO PREVENTIVA NO BRASIL

1 – Diagnóstico de Conservação Integrada no Museu de Arte Sacra da Bahia (Fundação Vitae, UFBA, Fundação Getty Conservativos – 1996

2 - Projeto de Conservação Preventiva em bibliotecas e arquivos – ARQUIVO NACIONAL – prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade – 1998

3 – Plano de Conservação Preventiva da Fundação Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro.

4 – Fundação Oswaldo Cruz – Plano de Ocupação da Área de Preservação – Iphan, INEPAC e Fundação Oswaldo Cruz – Ações preventivas, ações de monitoramento e ações corretivas.

5 – OLINDA – Desenvolvimento e plano de gestão de risco para o Centro histórico – problemas do solo – CECI e IPHAN.

- 6 – Manual de Conservação Preventiva para Edifícios Históricos – Iphan – Programa Monumenta.
- 7 – Cadernos de Conservação Preventiva e Preservação Arquitetônica – INEPAC – 2008.
- 8 – Tradução do Manual de Gestão de Risco de Desastres para o Patrimônio Mundial (UNESCO, ICCROM, 2025) – Elaborado pelo Centro Lúcio Costa.
- 9 – IBRAM lança o Programa de Gestão de Risco para o Acervo de Museus – 2013
- 10 - Iphan – Publica a Instrução Normativa que define diretrizes para os processos de licenciamento ambiental – exige o Relatório de Impacto aos Bens Culturais tombados, valorados e registrados – 2015.
- 11 – A política do Patrimônio Material do IPHAN tem como diretriz o estímulo À cultura da Conservação Preventiva – “Manutenção e Conservação do Patrimônio Cultural”- 2018
- 12 – Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais – CEMADEN – Fundamental para a incorporação da Conservação Preventiva nas normas e legislação nacional

MUITO OBRIGADA!

Mariely Cabral de Santana

Profa. da Faculdade de Arquitetura da UFBA

Vice Coordenadora do MP-CECRE

mariely.santana@gmail.com